

O SISTEMA AGRÁRIO DO VALE DO TOCANTINS COLONIAL: AGRICULTURA PARA CONSUMO E PARA EXPORTAÇÃO*

*Maria de Nazaré Angelo-Menezes***

Resumo

O Vale do Tocantins foi o mais povoado da Amazônia colonial, em especial no círculo próximo de Belém. Essa referência da Amazônia colonial é o espaço escolhido para se analisar certas peculiaridades da política agrária do Marquês de Pombal, determinada para o delta do Amazonas a partir da metade do século XVIII.

Palavras-chave

Sistema agrário; agricultura; missões; índios; colonos; Amazônia; Pará.

Abstract

Tocantins Valley was the most inhabited place in colonial Amazon Region, especially in Belém's surroundings. Such reference to the Colonial Amazon is the chosen space to analyse some peculiarities regarding Marquis of Pombal's agrarian policy, which was set up for the Amazon delta by the second half of the 17th century.

Keywords

Agrarian system; agriculture; Missions; indians; farmers; Amazon region; Pará.

* Adaptado do oitavo capítulo da tese defendida pela autora: *Histoire sociale des systèmes agraires de la vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la première moitié du XVIII^e siècle et la première moitié du XIX^e. siècle*. Paris, EHESS, 1998.

** Professora/Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPa.

O tempo social, cultural e a geo-história permitem fazer o contraponto da visão clássica evidenciada sobre a concepção da Bacia Amazônica no seu conceito espacial, permitindo distinguir uma temporalidade diferenciada em sua concretização histórica, evitando a restrição das possibilidades de análises da questão ambiental e do entendimento contemporâneo da natureza.

A Amazônia como uma vasta região heterogênea, devido à sua condição hidrográfica, orográfica e botânica, proporcionou o desenvolvimento de modos de vida diferentes, resultantes de adaptações aos seus respectivos ambientes, graças à distribuição dos recursos naturais e à influência que esses ambientes exerceram sobre os grupos sociais. Nesse processo de aldeamento étnico e cultural entre índios e brancos, fundiram-se hábitos, valores culturais, métodos e técnicas de manejo do meio ambiente (de águas e de florestas) transmitidos de geração a geração até os dias atuais.

O meio bioclimático, o revestimento vegetal, os solos de várzea e terra firme, os rios, os lagos, paranás e igarapés têm demonstrado forte influência no ritmo de vida e na natureza da atividade humana. Desta variação ambiental surgiram as particularidades que diferenciam os grupos, criadores de sistema adaptativo sustentável e coerente com seu arcabouço cultural.

Para o agrônomo-historiador,¹ o projeto agrário de Pombal foi o precursor das progressivas mudanças no modo de exploração do meio ambiente amazônico a partir da experimentação de novas técnicas de produção, não considerando a fragilidade dos ecossistemas amazônicos. Um exemplo era a utilização do arado de aiveca em 1710, quando o Intendente das Colônias, Comércio, e Agricultura fez o primeiro ensaio de lavrar a terra para o cultivo do trigo no rio Xingu.² O arado que era importante na rentabilidade das colheitas européias foi introduzido na colônia objetivando produções agroextrativistas voltados para uma agricultura³ mercantil, dependente dos produtos da

1 Faço questão de fazer esta distinção de abordagem do agrônomo-historiador pelo fato de que a dupla formação a que me submeti ao longo do exercício profissional caracteriza a visão aqui apresentada.

2 A. L. M. Baena. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPa, 1969 (Coleção Amazônica série José Veríssimo), p. 138.

3 A agricultura não é somente uma ruptura do ecossistema, mas ela é também um detonamento da produção natural com fins exteriores ao funcionamento do ecossistema. Ela estabelece um ecossistema particular qualificado como agrossistema. G. Bertrand. *L'impossible tableau géographique*. In: G. Duby e A. Wallon (eds.). *Histoire de la France rurale*. Paris, PUF, T. I, 1975.

floresta e de derivados da pecuária, dos cultivos do trigo, milho e algodão, para o comércio. Essa visão mercantil, sustentada por sistemas agromercantis, de pressupostos embasados em mercadorias americanas, desencadeou o processo das transformações dos sistemas agrários.

Aquisições agrícolas e novos sistemas agrários no Vale Amazônico

Durante os primeiros séculos da colonização amazônica, as instituições coloniais e as forças da economia mercantil modelaram um novo sistema agrário⁴. Nesse sistema assimila-se a história da metrópole a partir da predeterminação dos ideais mercantilistas e de objetivos do mercado colonial, enquanto as sociedades indígenas vêm retirados do seu proveito saberes sobre a floresta, rios e espécies.

Enquanto no Estado do Brasil a produção era voltada para a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), pecuária e mineração, no Estado do Grão-Pará e Maranhão fomentou-se a produção do espaço apoiado no mercantilismo das drogas do sertão, denominação dada por autoridades, comerciantes e colonos aos gêneros extraídos da floresta como cacau (*Theobroma cacao*), canela (*Cinnamomum zeylanicum*), salsaparrilha (*Smilax papivácea*), cravo (*Gypsophila paniculata*), anil (*Indigofera timetoria*), baunilha (*Vanilla planifolia*), copaíba (*Copaifera multijuga*), breu (*Protium sp.*), andiroba (*Carapa guianensis*) e casca preciosa (*Aniba canelilla*)⁵.

Os sistemas agrários foram modificados rumo a uma nova ordem econômica e sociocultural, intensificando-se a partir da experiência agrária pombalina pautada nas bases da organização produtiva desenvolvida no aldeamento das missões religiosas. Essa fase, que buscou substituir o ciclo extrativista, prolongou-se até fins do século XVIII, fomentando as atividades agropecuárias e industriais.

Os sistemas agroextrativistas tinham o cacau como principal componente dos produtos da floresta. Nesses novos ensaios agrícolas no Vale Amazônico as roças de mandioca continuaram a ser consorciadas com o milho graúdo e o algodão. Os plantios

4 O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço determinado, a associação das produções e das técnicas praticadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, por meio das práticas saídas notadamente do conhecimento técnico.

5 Pe. João Daniel, apud M. de N. Angelo-Menezes. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins - Pará - Brésil (1669-1800): ruptures et stabilité*. DEA - EHESS, août 1994.

solteiros⁶ de cacau, de café e da cana-de-açúcar foram adotados por colonos financeiramente estáveis.

Os modelos de agrossistemas amazônicos

Integrando uma visão contemporânea do que seja a agricultura, pode-se interpretar que a agricultura não é somente uma ruptura do ecossistema, mas ela é também uma virada da produção natural com fins exteriores ao funcionamento do ecossistema. Essa ruptura que advém da busca de produtos para o mercado, produziu mudanças e sobretudo gerou desequilíbrios. As intervenções nos ecossistemas do Vale Amazônico, durante os primeiros séculos da conquista, significam a implantação de tipos particulares e novos de agrossistemas.⁷ Esta apreensão ajuda a destacar duas observações. Primeiro, que nos ecossistemas explorados pelos grupos indígenas realizaram-se rupturas, mas que estes desenvolveram-se conforme um *percurso circular* que tenderia ao equilíbrio. Segundo, que as situações de desequilíbrio e suas evidências são perceptíveis por marcas na paisagem (grandes desmatamentos, erosão, sistemas de irrigação).

A complexidade maior da implantação dos agrossistemas inicia-se na fase da colonização, com os jesuítas. O quadro 1 identifica atividades dos diferentes agrossistemas. Estes se caracterizam pela intensidade de cultivos ou atividades (extração, coleta, pecuária) e pelo impacto sobre o ecossistema. A maior desorganização significou maior desequilíbrio, comparável ao que a homogeneização do biótipo gerou numa série de efeitos, entre eles perda de biodiversidade, empobrecimento do ecossistema, com repercussões na população (mudanças na dieta, dispêndio de energia). Nesse contexto, torna-se explícito o nexos das mudanças nos agrossistemas coloniais com a base alimentícia, quando a produção da cana-de-açúcar e do cacau tinham o papel de servir de base alimentícia para os consumidores europeus.

Na época colonial, a utilização da floresta foi marcada por três formas diferentes de manejo dos recursos naturais. Os índios não aldeados em missões tinham um modo particular de cultivar a terra; escreve o Padre João Daniel:

6 Plantio solteiro é o termo regional utilizado para designar cultivos isolados.

7 Agrossistemas são os ecossistemas desorganizados cuja base é essencialmente constituída pelas culturas alimentares e a luta contra as intempéries interiores e exteriores.

(...) eles não derrubam, desbastam o mato fino, riscam as árvores para evitar a circulação das seivas vitais e esperam secar (...) põem fogo e plantam, sistema que evita a coivara, operação demorada e trabalhosa que aumenta o tempo de trabalho no outro sistema (...).⁸

O padre naturalista relata que, ao caírem as primeiras chuvas, era plantada a mandioca, pelo método de estaquia.⁹ Na narrativa desse viajante aprende-se que não eram utilizados instrumentos de ferro, sendo o machado de pedra a única ferramenta. O sistema agrário em questão era regido pelo extrativismo vegetal, representado pelas frutas tropicais como o cupuaçu, bacuri, abacaxi, pacovãs (banana da terra) e açai acompanhado do extrativismo animal (caça e a pesca), e o cultivo da mandioca. O equilíbrio ambiental era o reflexo de uma organização social materializada em práticas agrícolas, orientadas para o trabalho coletivo.

Com a chegada dos jesuítas e a organização das missões, a coivara¹⁰ passou a ser uma prática dos índios aldeados em missões, sendo o divisor entre o modo de produção, antes e depois de os colonizadores se instalarem no Vale Amazônico.

No itinerário técnico do calendário agrícola das missões não havia o desbaste, sendo derrubada a vegetação, predominando as árvores de grandes diâmetros, característica da Floresta Tropical Úmida. O resultado é que a densidade do material lenhoso impedia a carbonização, necessitando de encoivramento; marca diferencial do tempo de trabalho despendido entre as duas categorias indígenas, exigindo dos índios aldeados em missões sete meses entre as operações da derruba e do plantio, ao contrário dos índios da floresta que ao fim do quarto mês plantavam as roças.

8 J. Daniel. *O tesouro descoberto no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro, BNRJ, 1976.

9 *Estaquia*: forma de propagação vegetativa em que se utilizam as próprias estacas da mandioca.

10 *Coivara*: processo de aceiro feito com parte do vegetal derrubado, não seco, que impede o alastramento do fogo.

Quadro 1 - Síntese dos agrossistemas na Amazônia colonial

Organizado pelos índios	Não aldeados em aldeias missionárias	<p><i>Atividades dominantes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • agricultura de tubérculos • pesca • caça • coleta
Organizados pelo Europeu	I aldeados em aldeias missionárias: grupo de índios dependentes	<p><i>redução das atividades:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • extrativista • agrícola • pesqueira • caça
	II <ul style="list-style-type: none"> • agro-extrativismo • agro-florestal • pecuária 	<p><i>a) plantações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • cacau <p><i>b) formações camponesas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • extensiva e dominante

Fonte: Maria de Nazaré Angelo-Menezes. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins-Pará-Brésil (1669-1800): ruptures et stabilité*. DEA-EHESS. août 1994.

Os colonos seguiram as práticas dos índios das missões, introduzindo o ferro e outros instrumentos aptos para cortar e desbastar as matas

(...) com foices aperfeiçoaram as práticas de desbaste, cortavam as ramagens finas e com os machados de ferro cortavam todo o arvoredo, usavam para o corte dos paus delgados golpes de machado e para os de maior diâmetro o método eram cortes das árvores mais finas, em linhas paralelas aos mais grossos, os quais fazendo pressão e peso sobre as grandes árvores diminuía sua resistência até o seu tombamento, como os indígenas, esperavam o material secar para atear o fogo pelas bordas dos roçados seguindo a orientação do vento, que fazia com que a vegetação permanecesse queimando por mais de um mês, o que não era carbonizado, encoivarava-se para nova queimada, geralmente o material derrubado estava seco entre o segundo e o terceiro mês.¹¹

Os plantios de cana-de-açúcar feitos em terras alagadas tinham produção por temporada, pois a colheita era nas vazantes. A longevidade dos canaviais praticados nas

11 J. Daniél, op. cit.

margens dos rios tinha duração média entre cinco e sete anos, compensada na redução dos custos de transporte, um dos itens que mais onerava a produção. A explicação é que os barcos transportadores buscavam a cana colhida na área de produção, depositando-a nos locais de transformação, as engenhocas.

O cacau manso ou cultivado demandava menor investimento, sendo plantado em terras alagadas, com plantas oriundas das sementeiras feitas entre os tocos das roças de mandioca, após a colheita das raízes. No sombreamento do cacau utilizavam as pagueiras plantadas nas várzeas e normalmente em áreas onde o arroz produzia. Nas várzeas onde o arroz vermelho (*Oryza nùtica*, JD) brotava naturalmente, foram plantadas bananas da terra para o sombreamento do cacau, desestruturando o ecossistema do arroz amazônico.¹²

Os cafezais, por serem exigentes em solos, eram implantados em terra firme, frutificando no segundo ano, se fossem plantios com plantas tenras.

Utilizavam-se também as várzeas para o milho e legumes, que eram semeados diretamente na terra, a lanço, e sem necessidade de práticas para o preparo de área.

O tabaco era plantado em solos de mata, exigindo muitas capinas e decotação ou capação para que suas folhas pudessem crescer lateralmente e produzir bastante material verde.

Os cultivos mais fáceis eram os pomares que surgiam no segundo ano, quando a mandioca era colhida; seu cultivo era pouco exigente. Assim, quando ela foi descrita como a “farinha de pão dessa América cultivada em roças de maniba-meri”,¹³ antecipava-se o papel que ela representaria para a população amazônica. Pode ser mandioca preta, branca ou amarela, que é sempre apreciada. Desta planta, aproveita-se, além da raiz para as farinhas, a folha para a maniçoba e o sumo para o tucupi.¹⁴

A mandioca continuou a ser cultivada e, quando acabavam as matas para as roças, os colonos compravam a farinha que não podiam produzir, até conseguirem novas datarias de sesmarias. Ao conseguirem as terras solicitadas, reiniciavam o sistema de

12 J. Daniel, op. cit.

13 *Maniba-meri*: denominação indígena para a mandioca (in J. Daniel, op.cit.).

14 *Tucupi*: sumo extraído da raiz da mandioca, com alto teor de ácido cianídrico, mas que, ao ser fervido, perde o poder venenoso, transformando-se em condimento líquido para o preparo de pratos da região, como o pato-no-tucupi.

cultivo da mandioca reproduzindo o mesmo sistema de produção, que era baseado no sistema de itinerância e pousio.

No Vale Amazônico, a alimentação, baseada na mandioca, é um traço cultural indígena reproduzido até hoje. Consumida em forma de farinha d'água ou seca, faz parte da alimentação cotidiana das populações ribeirinhas, as quais complementam sua dieta alimentar com peixes frescos e salgados, caças e frutos. A população urbana a utiliza misturada ao feijão, às carnes, e nos alimentos que compõem a sua alimentação.

Sistema Agrário do Vale do Tocantins: agricultura para consumo e para exportação

No Vale do Tocantins, a produção camponesa cabocla distingue-se, essencialmente pelos modos de produção originados nas *roças do comum*.¹⁵

A organização do trabalho para a produção colonial pode ser analisada a partir de dois momentos. Começando pelo projeto missionário, verifica-se que esse tinha por modelo a inter-relação da produção com a religião, base da dominação missionária. Esse projeto objetivou a instalação de unidades autônomas e lucrativas (*aldeias*). O lucro provinha das atividades do sertão (*feitorias*) e da autonomia da organização do trabalho para produzir alimentos. Para assentar as bases dessas unidades, os missionários absorveram e reformularam vários elementos da cultura indígena, principalmente aqueles que tornariam eficiente esse sistema social.¹⁶

O novo modelo proposto pelo Diretório apoiava-se nas bases materiais da organização do trabalho das *aldeias*, porém a produção de alimentos e a intensificação do extrativismo como formas de organização enfrentaram limites quando mudou o tipo de dominação exercida sobre os índios. O Diretório retraiu a economia e atrofiou a produção de alimentos.

A paisagem foi modificada, e, no Vale do Tocantins, a implantação do sítio seguiu um modelo bastante freqüente, delineando os contornos dos estabelecimentos rurais estabelecidos pelos colonos, destacando-se os cultivos do café, ao lado do cacau e do anil, primeiros representantes dos sistemas agroextrativos do novo sistema agrário do Vale do Tocantins.

15 *Roças do comum*: organizações produtivas sobre o controle do governo colonial através dos Diretores.

16 N. Ravena. *Abastecimento: falta e escassez do pão ordinário em aldeias e vilas do Grão-Pará*. Dissertação de mestrado. Belém, Universidade Federal do Pará, 1994, p. 195.

A caracterização da agricultura feita nas várzeas do Vale do Tocantins era balizada pelos estabelecimentos localizados às margens dos rios, aproveitando-se a fertilidade das várzeas alta, média e baixa,¹⁷ cujas propriedades edáficas dos solos representam forte estrutura orgânica, decorrente da colmatagem das águas limosas do estuário amazônico.

Fatores exógenos como o clima também influenciaram nos rumos do projeto colonial, pois o agroextrativismo pensado para a região tinha como substrato o modelo europeu permeado de inovações técnicas.

A intensidade das chuvas e as secas foram relevadas nas atividades produtivas, e o volume das precipitações pluviométricas interferia nas produções, quando enchentes¹⁸ impediam a derrubada e a queima de áreas para o plantio da *roça do comum* de Baião¹⁹. A região fisiográfica onde localizava-se esse *Lugar de Índios* era limite entre o baixo e o médio Tocantins, com particularidades microclimáticas.

Fatores edáficos reduziam a produção do arroz quando não cultivado nas várzeas.²⁰ A terra firme era um ecossistema inapropriado ao seu cultivo, resultando produções abaixo de 20 alqueires, quando a média para quatro alqueires plantados nas várzeas eram 400 alqueires colhidos.²¹ O arroz plantado entre os “tocos” da mandioca da *roça do comum* não ultrapassava 11 alqueires na colheita²². Esses números referem-se ao tamanho padrão estipulado para as roças, que era de 200 braças quadradas. Em geral o sistemas de produção da *roça do comum* tinha como componentes, além da mandioca, milho e feijão.²³

A análise do inventário dos bens de Baião permitiu a verificação de que parte dos problemas de produção desse *Lugar* provinha dos fatores climáticos, não justificando

17 Esta divisão é utilizada segundo o processo de lavagem das terras do Amazonas, o que faz com que a fertilização seja mais ou menos intensa. As várzeas altas recebem maior colmatagem, seguida pelas médias e baixas.

18 APP - CDG (Baião): código 200 - documento 98.

19 APP - CDG (Baião): código 231 - documento 72.

20 APP - CDG (Baião): código 151 - documento 113.

21 APP - CDG (Baião): código 151 - documento 28.

22 APP - CDG (Baião): código 146 - documento 17.

23 APP - CDG (Baião): código 127 - documento 40.

a substituição do diretor que era o chefe (*Principal*) dos índios, sob a alegação de má administração.

Era corrente que os índios ficassem sem plantar as próprias roças por falta de material vegetativo. Quando a produção da *roça do comum* não ultrapassava seis alqueires de raízes de mandioca,²⁴ era sinal que as estacas de *maniva* seriam destinadas às *roças do comum*. Quando ocorria esse fato plantava-se o milho e o feijão,²⁵ espécies que não faziam regularmente parte dos sistemas domésticos.

O arroz do *comum*, em Abaetetuba, atingia 1.000 alqueires,²⁶ caso não fosse prejudicado pela caça que era deslocada do habitat natural, à medida que a floresta era derrubada para serem implantados os sistemas agroextrativistas.²⁷

O ecossistema natural do arroz em Igarapé-Meri era relegado pois a cana-de-açúcar era o produto forte dos sistemas de produção dos colonos. A cana-de-açúcar se destinava à fabricação de aguardente, atividade bastante lucrativa,²⁸ comercializada em *frasqueiras e frascos*.²⁹

A farinha, considerada como o *pão da Amazônia*, produzida pelos produtores do rio Acará destinava-se à alimentação dos índios envolvidos em *feitorias* desses colonos. A manteiga de tartaruga corresponde a uma atividade predominante desse extrativismo.³⁰

Cametá era a zona de maior produção de farinha do Vale. Os documentos indicam que a produção das *roças do comum*, no período de 1753 a 1796, totalizava 3.766 alqueires de farinha, fora a produção de 48 alqueires e seis paneiros das roças dos índios.³¹

24 APP - CDG (Baião): código 50 - documento 40.

25 APP - CDG (Baião): código 165 - documento 44.

26 APP - CDG (Abaetetuba): código 163 - documento 76.

27 APP - CDG (Baião): código 178 - documento 38.

28 APP - CDG (Igarapé-Miri): código 121 - documento 66.

29 APP - CDG (Barcarena): código 267 - documento 25.

30 APP - CDG (Acará): código 278 - documento 67.

31 APP - CDG (Cametá): códigos 05 - documento 12, código 07 - documento 99, código 08, código 10 - documento 21, código 15 - documento 41, código 23 - documento 62, código 28 - documento 13, código 82 - documento 23, código 123 - documento 16, código 149 - documento 29, código 152 - documento 90, código 82 - documento 23, código 175 - documento 52, código 200 - documento 96, código 205 - documentos 82 e 93, código 257 - documentos 49 e 64, código 265 - documento 72, código 285 - documentos 12 e 50, e código 459 - documento 105. .

O cacau dominava os sistemas de produção de Cametá. Pode-se atribuir a esse produto o aumento da população escrava africana até o final do século XVIII,³² quando a queda dos preços³³ coincidiu com a redução da produção do Vale do Tocantins. Segundo os produtores de cacau, os frutos pequenos caracterizavam os *anos estéreis* da espécie. Nesse fim de século, a produção destinada aos navios mercantis era insuficiente para o carregamento da frota, sendo grande parte da colheita composta de frutos verdes.

A colheita feita numa superfície maior para compensar a queda da produção exigia suplemento de mão-de-obra, mobilizando índios de Conde e Beja que eram distribuídos entre os colonos preocupados com o comércio e dispostos a preencher a baixa produção do cacau domesticado com a intensificação da coleta do cacau extrativo (*cacau bravo*). Parte da produção do cacau *manso* (domesticado) colhida entre os anos de 1790 e 1791 foi de 1.805 arrobas, correspondente a uma área plantada com 11.000 pés, pertencentes a diferentes produtores.³⁴

A expansão da área plantada de café é representada nos sistemas de produções que de uma maneira geral tinham esse componente. Em Cametá o plantio atingiu 10.000 pés,³⁵ e, no *Lugar* de Baião entre os anos de 1745 e 1795, os indícios são para *uma roça do comum* com 800³⁶ plantas, e outra com um plantio que variava de 12.000 a 15.000 pés.³⁷

Na fase pombalina, militares e colonos alienados do sistema produtivo atingiram um significativo número e pressionaram as estruturas produtivas decadentes. Esse fato permite a hipótese de que a inabilidade dos agentes burocráticos na reprodução e manutenção das formas organizadas no período missionário, somada à voracidade fiscal e intenso controle da produção, gerou um problema estrutural irreversível. O exemplo está na insuficiência crônica da farinha de mandioca.

32 A. Vergolino-Henry e A. N. Figueredo. *A presença africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Arquivo Público do Pará (Documentos históricos, 1), 1990, pp. 10-250.

33 A. Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1974, pp. 18-28.

34 APP - CDG (Cametá): código 10 - documentos 19 e 21.

35 APP - CDG (Cametá): código 177 - documento 52.

36 APP - CDG (Baião): código 200 - documento 98.

37 APP - CDG (Baião): código 177 - documento 38.

O *Lugar de Índios de Baião* serve de exemplo, pois as *roças do comum* não se viabilizavam e não havia produções individuais. Os colonos não tinham interesse nessa produção e os índios eram impedidos pois estavam envolvidos em outras atividades. Baião era abastecido com farinha proveniente de Cameté, alimento do qual dependia a população composta em sua grande parte por índios.³⁸ O sistema de farinha da vila de Cameté era estruturado com produções intensivas, saindo das *roças do comum*, em média, 200 alqueires de farinha.³⁹

A escassez de produtos para consumo no Vale do Tocantins marca a diferença da dinâmica da produção do Diretório em relação à fase missionária. No período missionário, parte da produção de alimentos se inseria nas trocas sem comprometer o consumo interno de cada unidade.⁴⁰

Documentos indicam que a *roça do comum* de Baião rendia até 183 alqueires de farinha⁴¹ e 300 feixes de manivas destinadas aos plantios. O arroz foi avaliado com produções em torno de 70 alqueires.⁴² Com a mudança na administração, nesse *Lugar* predominaram as atividades extrativistas do cacau e das *feitorias* de tartarugas.⁴³

Os *Lugares de Índios* de Beja, Barcarena e Conde sendo as povoações mais próximas da cidade de Belém mantinham relações de proximidade com a capital do estado. Isso não diminuía os problemas operacionais da produção de alimentos, condicionada às ferramentas para o preparo das roças e das sementes para os plantios. Os colonos não produziam para o consumo interno e os *Lugares* não dispunham mesmo de sementes, precisando que esse insumo, em média correspondente a dois alqueires destinado a uma *roça do comum*, viesse de fora.⁴⁴ O quadro era semelhante no *Lugar* de Beja. Em determinados períodos a produção não ultrapassava 19 ½ alqueires de farinha quando

38 APP - CDG (Baião): código 157 - documento 35.

39 APP - CDG (Cameté): código 200 - documento 96.

40 Nirvia Ravena. *op. cit.*

41 APP - CDG (Baião): código 274 - documento 68, código 275 - documento 60 e código 289 - documento 36.

42 APP - CDG (Baião): código 150 - documentos 40 e 45.

43 APP - CDG (Baião): código 186 - documento 06.

44 APP - CDG (Beja): código 89 - documento 15.

a necessidade para o consumo interno era de 63.⁴⁵ Essas roças de mandioca chegaram a produzir 239,5 alqueires de farinha.⁴⁶

Eram duas as instituições econômicas depositárias das produções no período colonial: Tesouraria Geral do Comércio do Índio, responsável pelas produções das *roças do comum* e das *feitorias*, atividades desenvolvidas pelos índios, porém de usufruto real, e a Fazenda Real, responsável pelos dízimos e pelo monopólio do transporte⁴⁷ e responsável pelos custos das tripulações das canoas de arrecadação dos dízimos. Essa constatação documental é exemplificada através das informações sobre a canoa de arrecadação dos dízimos da Vila de Cameté, que recebeu 90 panos de algodão e 49 alqueires de farinha para cobranças de colonos em atraso com os dízimos destinados ao serviço real.⁴⁸

O *Lugar* de Beja, com a aproximação do fim do século XVIII, estava longe de satisfazer as instituições econômicas. As remessas dos dízimos não ultrapassaram 780 arrobas de cacau, 5,5 arrobas de salsa e 4,5 de breu, 67 arrobas de peixe-boi, 37 potes de manteiga, seis potes de michiras (alimento feito de vísceras), 52 tartarugas e dois panacus (tipo de paneiro) de cacau, além da produção de material próprio para confecções de paneiros, redes de dormir e móveis.

Os documentos indicam que produções concernente aos *Lugares de Índios* de Barcarena e Conde continuaram dominadas pela economia extrativista, conforme vontade dos diretores.

Entre os anos de 1762 e 1770, os produtos vindos nas *canoas do comércio* eram 2.366 arrobas de cravo fino e grosso, cacau, estopa de castanheiro, peixe-boi e salsa.

As produções anteriormente destinadas ao comércio local passaram a fazer parte dos produtos selecionados para exportação pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Entre esses, estão o peixe de *Moura*, breu, tartarugas, linguça e michiras.

No século XVIII, o grande estoque do Armazém Real era proveniente das *canoas do comércio*. Apesar da diminuição nos índices em relação aos tempos missionários, os estoques de Beja atingiam 1.298 arrobas de produtos extrativistas, entre os quais cacau, salsa, cravo fino e grosso, além de 6 potes de copaíba, 152 tartarugas, 66 potes

45 APP - CDG (Beja): código 224 - documento 42.

46 APP - CDG (Beja): código 45 - documento 26 e código 107 - documento 66.

47 APP - CDG (Beja): código 50 - documento 02.

48 APP - CDG (Cameté): código 23 - documento 48.

de manteiga de tartaruga, 33 cestos de peixe seco, 50 cestos de castanha. A produção extrativa dos índios correspondente a dois potes de andiroba destinava-se, nesse ano de 1797, ao pagamento dos dízimos dos índios.⁴⁹

Os índios pagavam dízimos como se observa em documentos referentes a Beja, indicando o recolhimento de 46 alqueires de farinha, produção da roça doméstica,⁵⁰ destinada ao comércio da feira de Nazaré.⁵¹

Os currais eram sob o controle da administração absolutista supervisionados pelo agente colonial. O *administrador do gado* controlava o número de animais nos “currais de moradores”. O gado fazia parte dos sistemas de produções mistos de grande parte dos colonos do Vale do Tocantins.

Os açougues funcionavam a partir dos contratadores de carnes que mediavam a compra do gado. A Fazenda Real, como proprietária dos açougues, possuía uma canoa para distribuir o produto, na intenção de evitar qualquer iniciativa privada dentro do Vale do Tocantins.

Documentos revelam que no *Lugar* de Barcarena os índios produziam de forma coletiva numa terra de sesmarias, baseados em sistema de produção misto. Os componentes agrícolas eram cacau, café e mandioca, consorciado com a criação de gado vacum.⁵²

Os conflitos gerados entre os colonos do *Lugar* de Conde e o governo decorriam da permanência das atividades extrativas em detrimento da produção de alimentos. Não existia farinha para consumo e nem para a tripulação da *canoa do comércio*.⁵³

No período de 1762 a 1791, os documentos sobre produção extrativista do *Lugar* de Conde correspondem a 2.380 arrobas de cacau, estopa, cravo grosso e fino e peixe, além de 209 potes de manteiga de tartaruga, 1.145 de tartaruga, 62 paneiros de castanha e 8 potes de copaíba.

49 APP - CDG (Beja): código 293 - documento 04, código 119 - documento 35, código 141 - documento 84, código 175 - documento 25, código 274 - documento 17, código 119 - documento 35, código 141 - documento 84, código 175 - documento 25, código 123 - documento 16, código 175 - documento 25 e código 293 - documento 04.

50 APP - CDG (Beja): código 293 - documento 04, código 10 - documento 121 e código 68 - documento 03.

51 APP - CDG (Conde): código 274.

52 APP - CDG (Barcarena): código 29 p. 247.

53 APP - CDG (Conde): código 107 - documento 03.

A baixa produção de 1,5 alqueires de arroz no *Lugar* de Conde é atribuída ao fato de se ter semeado arroz torrado no forno, destinado à alimentação.⁵⁴ A produção de farinha atingia 60 alqueires, e a criação de animais reduzia-se a 12 cabeças de gado. Um destaque do sistema de produção da *roça do comum* eram os 4.000 pés de café.⁵⁵ O plantio do café havia sido maior porém a seca matou 1.500 pés.⁵⁶

Com o tempo, a administração colonial tentou solucionar os problemas de produção do Vale do Tocantins, responsável por grande parte do abastecimento da região do delta do Amazonas. Implantou dois calendários agrícolas para a produção de mandioca. Os calendários previam cuidadosamente os fatores externos à produção, como inundações e problemas fitopatológicos. O objetivo era a garantia da produção *das roças do comum*.

Os roçados eram plantados no mês de janeiro por todo o Vale com duas variedades de mandioca. A primeira de ciclo vegetativo entre 6 e 8 meses, e a outra para produção anual. A área estipulada em 80 braças em quadra era calculada para cinco índios de machado (residentes na vila). O objetivo era a fabricação de 100 alqueires de farinha a partir do sexto mês.⁵⁷ Os diretores eram os supervisores e responsáveis pelas duas safras anuais das *roças do comum*.

Cametá continuou como o maior centro de abastecimento do Vale do Tocantins cujas produções de mandioca das *roças do comum* atingiam 800 alqueires de farinha mensal,⁵⁸ destinando-se 600 alqueires às expedições de demarcações das fronteiras, e o restante servia para complementar os déficits de povoações como a de Baião, que tinham níveis insuficientes de qualquer que fosse a produção.⁵⁹

O Diretório, no seu artigo 17º, garantia terras aos índios próximas às aglomerações, e os diretores eram os responsáveis de persuadi-los a cultivarem a terra para a produção de excedentes.

A disputa entre índios e colonos pela terra se evidencia em um documento de Beja, cujo conteúdo refere-se a um homem que afirmava ter sempre morado e trabalhado na

54 APP - CDG (Conde): código 146 - documento 29.

55 APP - CDG (Conde): código 146 - documento 29, código 29 pp: 184-191 e código 171 - documento 28.

56 APP - CDG (Conde): código 257 - documento 59.

57 APP - CDG (Acará): código 567 - documento 148.

58 APP - CDG (Cametá): código 52 - documento 90.

59 APP - CDG (Cametá): código 151 - documento 41.

dataria em questão. Os índios ficaram com a *posse*, pois o sistema de produção composto de culturas de ciclo anual, como a mandioca, e de culturas perenes como café, laranjeiras e limoeiros, estava na segunda safra,⁶⁰

A política mercantilista na qual se assentava o projeto pombalino intensificou a cobrança de dízimos sobre as produções destinadas ao consumo. Era uma forma de controlar as produções de farinha, feijão, arroz, milho e carne bovina, fortalecendo o monopólio do Estado.

Produção, comercialização e abastecimento se confundem e dificultam as análises dos documentos de arquivos. Segundo o diretor de Cametá, havia perda de mandioca por falta de colheita de roças que findavam apodrecendo (mão-de-obra? excesso de produção?).⁶¹ No *Lugar* de Baião, os fatores de produção reproduzem os problemas em três níveis: falta de material vegetativo para o plantio, escassez de mão-de-obra e de ferramentas.⁶² O fato de a *roça do comum*, colhida na época de São João e que representava também festividade, não ter sido semeada pela inexistência de 15 machados, 12 foices e 8 enxadas é relatado como o grande desestímulo e migração da população local.⁶³

Cametá supria as necessidades de Baião devido à proximidade das povoações localizadas às margens do rio Tocantins. Esse fato provavelmente explica a falta de autonomia produtiva de Baião, que não conseguiu colocar em prática o calendário agrícola estabelecido para o Vale e que previa um escalonamento para que as *roças do comum* produzissem duas safras de mandioca por ano.⁶⁴

A centralização do abastecimento, principalmente de farinha, na vila de Cametá entrou em colapso. Os débitos se avolumavam, os devedores aumentavam e as *roças do comum* tornaram-se insuficientes.⁶⁵

A Câmara de Cametá se deu conta da dimensão do problema quando o abastecimento atingiu as solicitações pessoais. Esse fato pode ser exemplificado na lista

60 APP - CDG (Beja): código 46 - documento 58.

61 Os motivos desse fenômeno não são claros e tanto poderiam estar ligados à carência de mão-de-obra quanto à extensão da área plantada.

62 APP - CDG (Baião): código 45 - documento 26.

63 APP - CDG (Baião): código 12 - documento 34.

64 APP - CDG (Cametá): código 23 - documento 48.

65 APP - CDG (Cametá): código 231 - documento 09.

de pedidos do governador da capitania que foi atendido em poucos itens dessa relação (... uma tartaruga e uns poucos arpões...).⁶⁶

O abastecimento do destacamento do forte Nossa Senhora de Nazaré, em Alcobaça, acima do *Lugar* de Baião, foi atingido. Esse fato refletiu-se além-mar, pois envolvia a defesa da capitania do Grão-Pará contra inimigos que navegavam pelas águas interiores da Amazônia.⁶⁷

As formas de transferência (resgate, derrama e dízimo) evidenciam a necessidade da administração absolutista em centralizar as produções do Vale em um único local, para em seguida redistribuir produtos e subprodutos onde a demanda era maior que a produção local.

O Diretório acionou mecanismos de controle com a finalidade de cooptar os excedentes produzidos. Este controle foi sistematizado, especialmente através da *avaliação das roças* e da cobrança dos dízimos. O controle sobre as plantações de subsistência dos indígenas aparece particularmente no parágrafo 26. Nele, percebe-se a alteração dos ritmos de trabalho dos índios, única forma de cooptar uma parcela maior do excedente. Os diretores elaboravam listas nominais das roças dos índios, discriminando a qualidade e a quantidade dos componentes dos sistemas de produção.

A escassez do peixe e da carne para a população era intensa e atribuída à má comercialização devido a inexistência de uma infra-estrutura apropriada (açougues). O abastecimento de carne e a organização da comercialização faziam parte do pensamento político-econômico da colônia. Esse fato impedia que os moradores cortassem carnes verdes e fizessem a comercialização diretamente com a população. A questão de fundo era a perda dos lucros auferidos pelo contratador ligado à Fazenda Real.⁶⁸

Segundo determinação do procurador da Câmara de Cameté, os contratos de carnes eram necessários para solucionar a distribuição e a comercialização. Para ele, a falta de carnes para a população influenciava diretamente em outros setores, tais como a colheita, pois a mão-de-obra escrava (indígena e africana), alocada nas atividades agrícolas, era deslocada para a caça e a pesca destinadas à dieta alimentar, somente para os proprietários desses recursos humanos.⁶⁹

66 APP - CDG (Cameté: código 07 - documento 18.

67 APP - CDG (Cameté): código 231 - documento 23.

68 APP - CDG (Cameté): código 570 - documento 21.

69 APP - CDG (Cameté): código 259 - documento 37.

A questão de fundo é que os contratos traziam benefícios diretos para quem fosse o responsável dessa atividade (contratador), escolhido pela Câmara de Cameté; ao mesmo tempo que resolvia o problema do governo, como controlador das vendas. O contrato comercial autorizado beneficiava também o responsável pela comercialização de aguardentes, que recebia 8% sobre os contratos.⁷⁰ Os contratos de aguardentes refletem a importância de mecanismos para o controle da força de trabalho indígena, pois os índios haviam adquirido, com o colonizador, o hábito dessa bebida.

O controle colonial sobre a produção da aguardente era feito pela cobrança de um imposto denominado subsídio literário, considerando os alambiques existentes nos engenhos. Em Barcarena, os proprietários dessas usinas negavam-se a pagar o imposto, sendo a fiscalização rigorosa como relatam documentos de apreensão de 20 frasqueiras e três frascos de aguardente comercializados sem a guia do pagamento do subsídio literário.⁷¹

Essa forma de gerenciar os contratos do Vale do Tocantins prolongou-se até a metade do século XIX, quando a Junta Provisória do Governo Civil assumiu o governo da capitania, doravante Província, passando a gestão dos contratos para a Junta da Fazenda Nacional.⁷²

Práticas agrícolas: plantios e replantios

Mais fortemente reproduziram-se no Vale do Tocantins os sistemas de produção da Vila de Cameté. Os tipos variavam entre plantios *solteiros* de café que atingiam 11.000 pés; passando pelo cacau na maior parte dos estabelecimentos rurais, além de criatórios de animais do tipo bovino em regime semi-intensivo, apoiados por estruturas de currais para o manejo das vacas e bezerros.⁷³ Cameté era a única Vila que podia dispor de mão-de-obra para que em dezoito dias fossem preparadas áreas de 150 braças de comprimento por 50 braças de largura.⁷⁴

70 APP - CDG (Cameté): código 205 - documento 100.

71 APP - CDG (Barcarena): código 267 - documento 25.

72 APP - CDG (Cameté): código 573 - documento 155.

73 APP - CDG (Cameté): código 07 - documento 99.

74 APP - CDG (Cameté): códigos 707 e 713.

No discurso colonial, o sistema de Sesmarias era tornar as terras estáveis. As roças de cacau delimitaram os estabelecimentos rurais de Cameté e desencadearam conflitos pela disputa do poder entre colonos, que se endividavam para manter o *status*. Esse fato pode ser exemplificado pelo procedimento de um colono que tentou negociar várias vezes a mesma plantação de cacau, para saldar dívidas.⁷⁵

Os colonos que possuíam recursos humanos africanos administraram a força de trabalho escravo dividindo-a em dois grupos, mantendo os índios ocupados em atividades de construção de canoas, nas pescarias e nas colheitas do sertão.⁷⁶

Embora não estivesse generalizada, a agricultura indígena era copiada. As práticas agrícolas indígenas das margens férteis dos rios foram se modificando a partir de agrossistemas voltados para a demanda dos produtos que faziam o grosso comércio dos portugueses.⁷⁷

A seleção natural das sementes, herança das aldeias missionárias foi propagada pelo *Lugar de Índios* de Beja onde reproduziu-se como prática no momento da colheita. Os documentos indicam que eram separadas, no mínimo, 10 mãos de milho e 10 alqueires de arroz para semeio dos novos plantios.⁷⁸

A política agrícola pensada para o Vale do Amazonas e iniciada com os ensaios agrícolas na parte meridional do delta amazônico⁷⁹ produziu consideráveis quantidades de arroz no Vale do Tocantins.⁸⁰ Os colonos motivados pelo fomento desenvolvido pelo Estado introduziram esse cultivo nos sistemas de produções.⁸¹ Em Baião, os documentos indicam que eram 35 as roças de arroz *solteiro*,⁸² porém não permitem saber se eram estabelecidas na várzea, ecossistema do arroz amazônico, ou artificializado em terrenos preparados na terra firme.

75 APP - CDG (Cameté): código 205 - documento 93.

76 M. de N. Angelo-Menezes, op.cit.

77 Resinas e gomas para a indústria e óleo de copaiba, azeite de andiroba, manteiga de tartaruga para a farmacopéia.

78 APP - CDG (Beja): código 10 - documento 121.

79 APP - CDG (Cameté): código 16 - documento 02.

80 APP - CDG (Cameté): código 191 - documento 34.

81 APP - CDG (Cameté): código 16 - documento 02.

82 APP - DG (Baião): código 136 - documento 06.

A mandioca para produção interna continuou não sendo de interesse dos colonos que preferiam as atividades extrativistas. Fato condizente com a imposição colonial de centralizar as produções de farinha em Cameté, beneficiando também os diretores do Vale, de forma indireta, despreocupados com o abastecimento das tripulações das *canoas do comércio*.⁸³

Os machados, foices, enxadas, facões, assim como a roda de ralar mandioca, continuaram como os equipamentos mais utilizados no processo produtivo do Vale.⁸⁴ A utilização intensiva das ferramentas definiu uma medida contraditória. O cuidado com as ferramentas passou à responsabilidade do usuário, e os índios, que trabalhavam em benefício do Estado, eram penalizados pela obrigatoriedade de reporem as ferramentas estragadas. Dependendo do diretor, nem a depreciação natural do objeto era considerada. Pode-se observar esse fato em documento do *Lugar de Índios* de Baião, onde existia um escravo ferreiro que fazia os reparos das ferramentas recebendo em produções das roças dos próprios índios.⁸⁵

A Tesouraria do Comércio Geral do Índio era a instituição responsável pelos custos operacionais definidos pelos diretores. Documento do *Lugar de Conde* indica esse fato pela reposição do tacho de fazer azeite e do fornecimento de dois alqueires de sal para fazer a salga do pescado.⁸⁶

Os inventários dos *Lugares de Índios* indicam que essas povoações viviam em condições estruturais precárias. Conde possuía 10 foices, quatro machados, duas serras brancas, uma balança com braço e cunha, um serrote, uma fenda de ferreiro, 13 ferros de canoa, 31 arpões de peixe-boi, 27 tartarugas, oito facões, duas foices e 19 machadinhas.⁸⁷ Enquanto os bens inventariados em Barcarena registram uma casa de fornos de fazer farinha, uma casa da ferraria e uma casa das canoas.⁸⁸ Este instrumental deixa perceber a combinação de atividades agroextrativistas que variam da caça à pesca, pas-

83 APP - CDG (Baião): código 132 - documento 26.

84 APP - CDG (Baião): código 275 - documento 60.

85 APP - CDG (Baião): código 132 - documento 26.

86 APP - CDG (Conde): código 257 - documento 59.

87 APP - CDG (Conde): código 141 - documento 103.

88 APP - CDG (Barcarena): código 29 p. 247.

sando pelo cultivo de cultivos básicos como a mandioca, demonstrando a coexistência de sistemas.

Qualquer que fosse o destino da produção (exportação e consumo) proveniente das *roças do comum e feitorias*, era conduzida pelos cabos das *canoas do comércio* à cidade de Belém e lá registrada na Tesouraria Geral dos Índios. Uma cópia da entrega ficava com o governador. O Estado tentava controlar a circulação através das produções das canoas de arrecadação dos dízimos, da fabricação de embarcações e dos contratos que eram administrados pela Fazenda Real.

Indiferentes às práticas agrícolas dos indígenas, o fomento agrícola colonial propôs uma agricultura exaustiva, descaracterizando os sistemas agrários localizados nas margens férteis dos rios, causando mudanças nos dois séculos de colonização. Estas podem ser observadas pelas transformações decorrentes da introdução de novos métodos e técnicas de produção, ou seja, da implantação de agrossistemas diversos.

Desse processo histórico de desagregação e mudanças, as sociedades emergentes têm, em última instância, as mesmas virtudes e fragilidades do ecossistema amazônico, a saber, a tendência a uma especialização adaptativa às condições do meio ambiente e às limitações e resistência quando expostas a elementos perturbadores do seu equilíbrio.

Conclusão

A contradição entre as finalidades da produção agroextrativa aparece em diversos momentos da história e em espaços diferenciados. A Amazônia, em vez do que se diz na atualidade, conhece esta contradição desde épocas remotas. A orientação para o mercado externo, no período pombalino, comprometeu não apenas o desenvolvimento das culturas alimentares mas firmou conceitos de uma exploração agrícola em que o desequilíbrio ambiental se evidenciou na paisagem e no fornecimento de víveres de primeira necessidade. Políticas públicas forjadas a partir do exterior, com finalidades econômicas, sem os ajustes requeridos pelas estruturas sociais e afinadas com a matriz cultural na qual se aplicam, produzem impactos negativos nestes três níveis. Mais grave ainda quando considerados os espaços sociais em formação, como o Vale do Tocantins da época, limitado ao Baixo Tocantins. A discussão volta à pauta, na atualidade, com as propostas de desenvolvimento econômico embutidas nas políticas previstas para a Amazônia como um todo.

Bibliografia

Fontes primárias:

Arquivo Público do Pará (APP):

- Correspondência de Diversos com o Governo (CDG) - período 1733-1868.
- Livros de Sesmarias (1707 - 1824).

Fontes secundárias:

- Acevedo Marin, Rosa Elisabeth. *Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial*. Belém, UFPA-NAEA, 1994.
- Angelo-Menezes, Maria de Nazaré. *Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins: ruptures et stabilité (1669-1800)*. EHESS (Diplôme D'Etudes Approfondies -DEA-), 1994.
- _____. *Histoire sociale des systèmes agraires de la Vallée du Tocantins-Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII siècle et la première moitié du XIX siècle*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, EHESS (Thèse du Doctorat), 1998.
- Baena, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Provincia do Pará*. UFPA, 1969 (Coleção Amazônica série José Veríssimo).
- Bertrand, G. "L'impossible tableau géographique". In: Duby. G. y A. Wallon (eds.). *Histoire de la France Rurale*. Paris, PUF, T. I, 1975.
- Daniel, João. *O Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro, BNRJ, 1976.
- Dauril, Alden. *O significado da produção de cacau na região amazônica*. UFPA. Belém. 1974.
- Deffontaines, J. P. et Osty, P. L. Des systèmes de production agricole aux systèmes agraires. Paris, *L'Espace Géographique* n° 3, 1977.
- Descola, Phillippe. Le regard sur la nature des indiens d'Amazonie. *Recherche – mensuel* n° 292, novembre, 1996.
- Murça Pires, João. "Les écosystèmes forestiers de l'Amazonie brésilienne : description, fonctionnement et les recherches nécessaires". In: *Ecosystèmes forestiers tropicaux: un rapport sur l'état des connaissances*. Paris, Unesco/PNUE/FAO, 1979.

- Ravena, Nirvia. *Abastecimento: falta e escassez do pão ordinário em aldeias e vilas do Grão-Pará* (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém 1994.
- Vergolino-Henry, Anaíza e Figueredo, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: Uma notícia histórica*. Arquivo Público do Pará, 1990. (Documentos históricos, 1).